



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
STATISTICS PORTUGAL

# **Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) 2018: estimativas regionais de pobreza ou exclusão social**

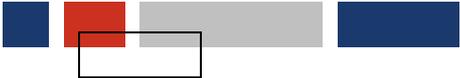
**APRESENTAÇÃO DO INE  
REUNIÃO DA SPES/CSE**

**9 de julho de 2019**



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
STATISTICS PORTUGAL

- Inquérito realizado **desde 2004** (rendimentos de 2003) no quadro do Regulamento (CE) n.º 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de junho de 2003, relativo às **estatísticas do rendimento e das condições de vida na Comunidade (EU-SILC)**
- **Amostra anual representativa ao nível nacional**, composta por 4 rotações – cada rotação, ou subamostra, é seguida ao longo de 4 anos
- Encontra-se atualmente em fase de aprovação o regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um quadro comum para as estatísticas europeias respeitantes às pessoas e aos agregados domésticos, com base em dados individuais recolhidos a partir de amostras, que passará a presidir à realização anual do EU-SILC
- **Em geral, resultados válidos ao nível NUTS 2**

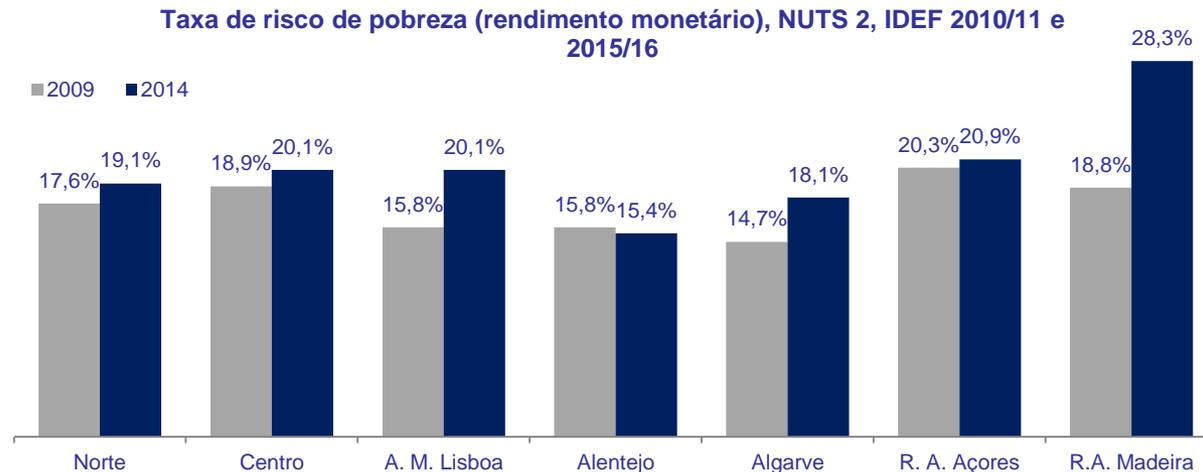


# MOTIVAÇÃO

- A partir de 2020, incluir na repartição dos recursos da União um critério que tenha em conta a pobreza e exclusão social
- Indicadores-chave:
  - **população em pobreza ou exclusão social**e os três indicadores que concorrem para o seu cálculo:
  - população em **risco de pobreza**
  - população em **privação material severa**
  - população que vive em agregados com **intensidade laboral per capita muito reduzida**

# MOTIVAÇÃO

- Até ao ano de rendimento 2014, a operação estatística de referência para o cálculo de estimativas regionais sobre a pobreza e desigualdade económica era o Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF)



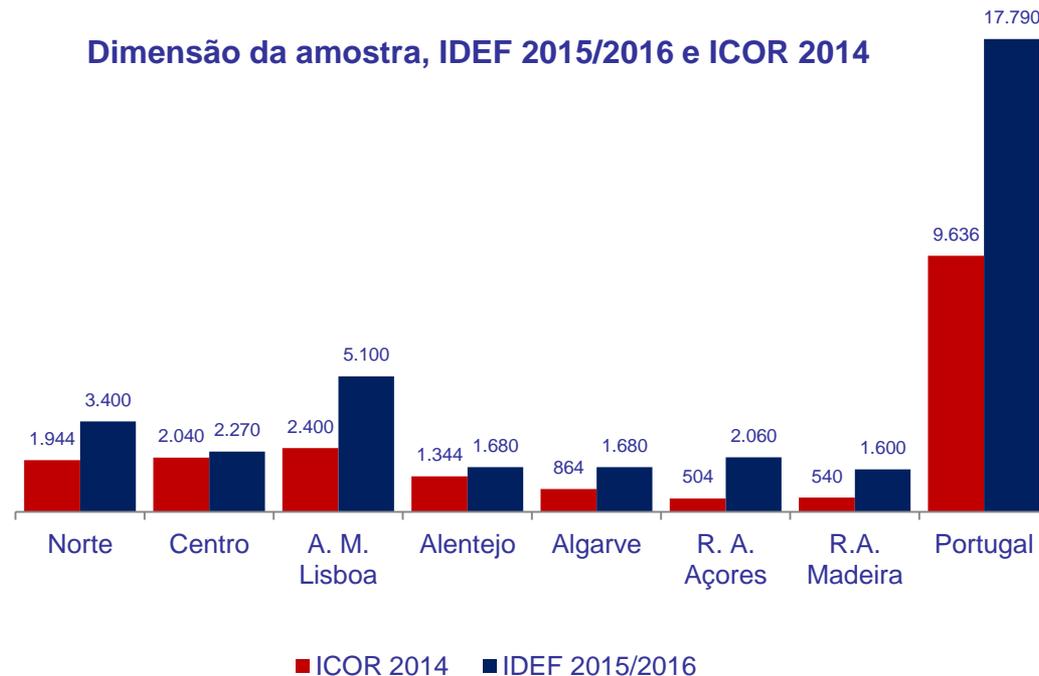
Assegura a representatividade regional, mas...

- Inquérito com periodicidade quinquenal
- Não abrangente às componentes necessárias para o cálculo da privação material e da intensidade laboral
- Carga estatística considerável subjacente à recolha das despesas

# MOTIVAÇÃO

- Para o mesmo ano de rendimento (2014), a amostra total do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (7 706) era 46% inferior à amostra do IDEF (17 790), principalmente no caso das regiões com menos população

Dimensão da amostra, IDEF 2015/2016 e ICOR 2014



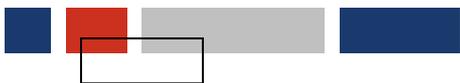
- Obtendo-se desvios padrão particularmente elevados para as mesmas regiões

Desvios-padrão das taxas de risco de pobreza por NUTS 2 (em p.p.)

NUTS 2	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Norte	1.7	1.7	1.4	1.4	1.5	1.4
Centro	1.6	1.9	1.7	1.4	1.3	1.3
A.M. Lisboa	2.1	1.8	1.7	1.5	1.7	1.6
Alentejo	1.9	1.9	2.1	1.8	1.9	1.9
Algarve	1.8	2.3	2.0	2.1	2.4	2.2
R.A. Açores	3.7	3.7	3.9	2.9	3.0	4.0
R.A. Madeira	3.6	2.4	2.6	3.3	3.9	3.5
<b>Portugal</b>	<b>0.8</b>	<b>0.8</b>	<b>0.7</b>	<b>0.6</b>	<b>0.6</b>	<b>0.6</b>

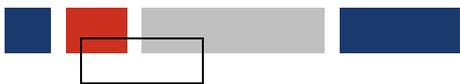
Nota: cálculos com base nas respostas ao ICOR

- Inferiores a 2 p.p. – 4 regiões mais populosas (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo)
- Entre 2 p.p. e 2,5 pp. - Algarve
- Superiores a 2,5 p.p. - Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira



## OBJETIVO

- Obter estimativas fiáveis ao nível NUTS 2 para os indicadores-chave
- Tendo em conta um desvio padrão máximo de 2,5 pontos percentuais para as respetivas proporções anuais
- Através de um aumento da amostra cuja repartição teve em conta as diferenças regionais em termos de pobreza ou exclusão social (AROPE)
- Aplicado de forma gradual ao longo de quatro anos de modo a não desvirtuar o esquema rotacional da amostra



## PLANO DE AÇÃO

- Foi desenhado um processo gradual de aumento da dimensão da amostra ao longo de quatro anos, visando a duplicação desta entre 2014 e 2018
- O novo dimensionamento foi definido tendo em conta:
  - uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 24%
  - um erro relativo de amostragem de 10.4% (que corresponde a um erro absoluto de 2,5 p.p.)
  - um design effect de 1,6%
  - um fator de correção das não respostas igual à média das taxas de não resposta para cada NUTS 2 entre 2008-2012 (com valores entre 34% e 39%)

## PLANO DE AÇÃO

- Definiu-se uma nova dimensão anual da amostra de 19320 alojamentos, ou seja, cerca de 4830 alojamentos em cada nova rotação a partir de 2015 e em todas as rotações em campo a partir de 2018

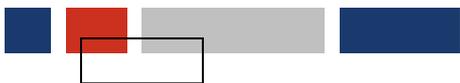
NUTS 2	PSU	2015	2016	2017	2018
Norte	162	2,152	2,268	2,430	2,592
Centro	102	2,178	2,448	2,652	2,856
A.M. Lisboa	120	2,645	2,880	3,120	3,360
Alentejo	84	1,669	2,016	2,352	2,688
Algarve	69	1,315	1,728	2,160	2,592
R.A. Açores	42	968	1,428	1,890	2,352
R.A. Madeira	45	1,122	1,710	2,295	2,880
<b>Total</b>	<b>624</b>	<b>12,049</b>	<b>14,478</b>	<b>16,899</b>	<b>19,320</b>

NUTS 2	Nova rotação 2014	Aumento planeado entre 2015 e 2018 (em relação à nova rotação de 2014)			
		2015	2016	2017	2018
Norte	486	162	324	486	648
Centro	514	204	408	612	816
A.M. Lisboa	605	240	480	720	960
Alentejo	336	336	672	1,008	1,344
Algarve	219	432	864	1,296	1,728
R.A. Açores	126	462	924	1,386	1,848
R.A. Madeira	135	585	1,170	1,755	2,340
<b>Total</b>	<b>2,421</b>	<b>2,421</b>	<b>4,842</b>	<b>7,263</b>	<b>9,684</b>

# IMPLEMENTAÇÃO

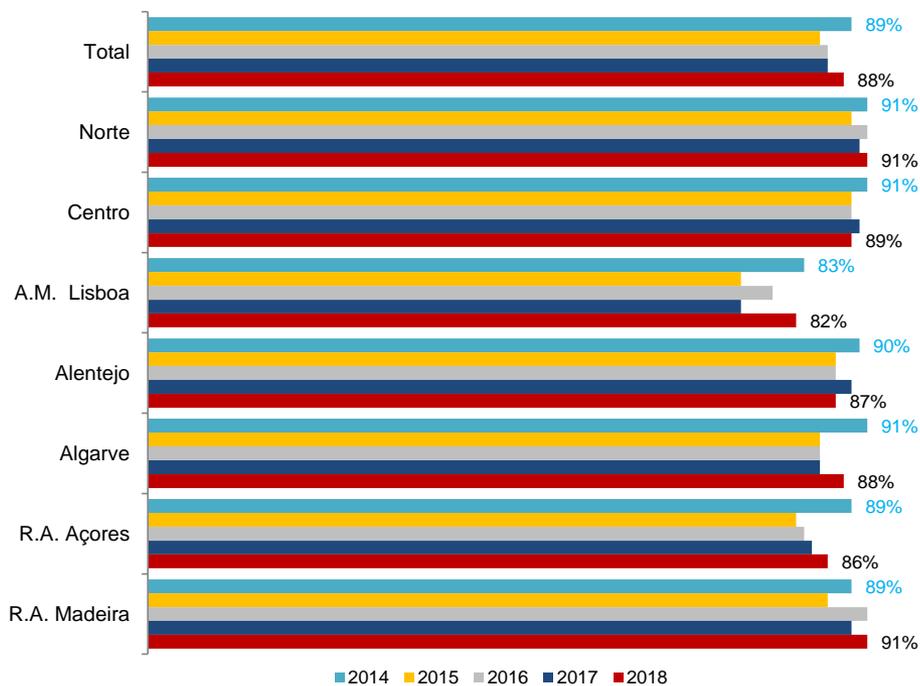
- O número de respostas válidas em 2018 foi o dobro do obtido em 2014, também com aumentos mais significativos no caso das regiões de menor dimensão populacional (Algarve e regiões autónomas dos Açores e da Madeira).

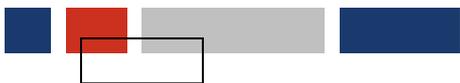
NUTS 2	2014	2015		2016		2017		2018	
		No.	Δ	No.	Δ	No.	Δ	No.	Δ
Norte	1,537	1,616	5%	1,765	15%	1,899	24%	1,998	30%
Centro	1,510	1,683	11%	1,901	26%	2,032	35%	2,127	41%
A.M. Lisboa	1,431	1,560	9%	1,735	21%	1,748	22%	1,972	38%
Alentejo	967	1,254	30%	1,490	54%	1,719	78%	1,908	97%
Algarve	627	985	57%	1,263	101%	1,522	143%	1,811	189%
R.A. Açores	370	731	98%	1,057	186%	1,336	261%	1,625	339%
R.A. Madeira	408	911	123%	1,405	244%	1,835	350%	2,276	458%
<b>Total</b>	<b>6,850</b>	<b>8,740</b>	<b>28%</b>	<b>10,616</b>	<b>55%</b>	<b>12,091</b>	<b>77%</b>	<b>13,717</b>	<b>100%</b>



## IMPLEMENTAÇÃO

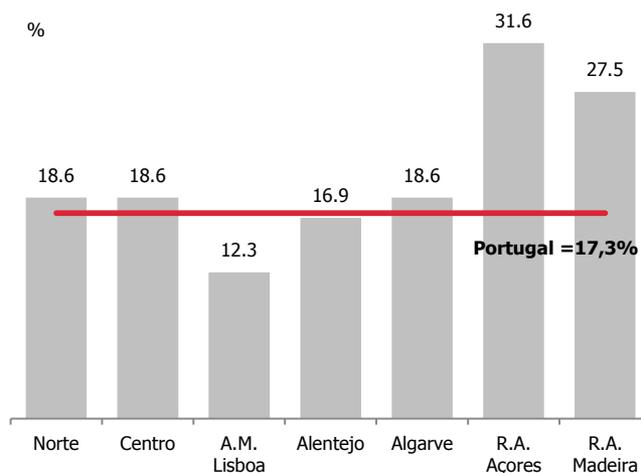
- As taxas de resposta têm vindo a aumentar, apesar de uma quebra inicial
- No caso da Região Autónoma da Madeira, a taxa de respostas obtida em 2018 foi superior à de 2014





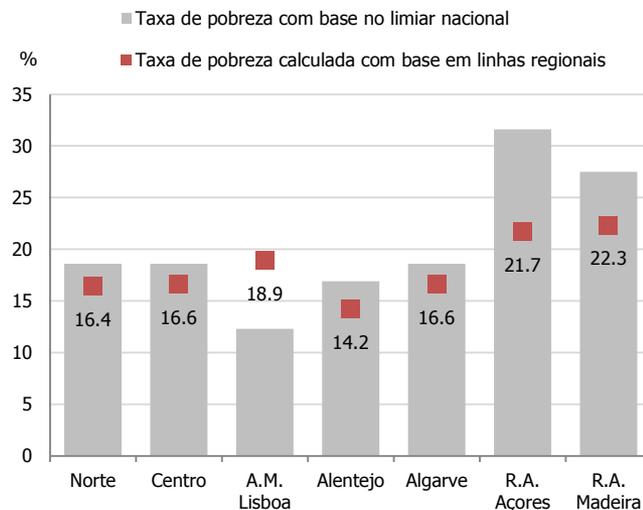
## RESULTADOS

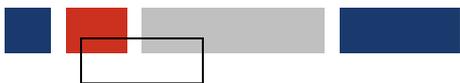
- 17,3% dos residentes encontrava-se em risco de pobreza em 2017
- Tendo em conta o limiar de pobreza nacional (5 607 euros)
  - A Área Metropolitana de Lisboa tinha a proporção de pessoas em risco de pobreza mais baixa
  - O risco de pobreza era bastante mais elevado nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira



## RESULTADOS

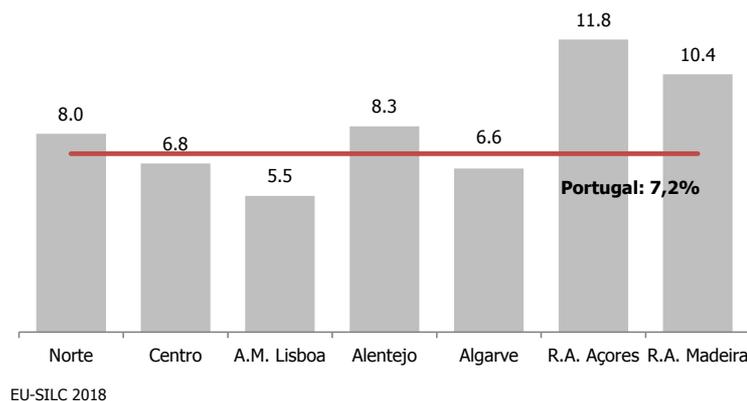
- A utilização de linhas de pobreza regionais atenua as diferenças nas taxas de risco de pobreza entre regiões
- Aumenta o risco de pobreza para as região com rendimento mediano superior ao rendimento mediano nacional (neste caso, a Área Metropolitana de Lisboa) e reduzem-se os riscos de pobreza para aquelas em que o rendimento mediano é inferior ao rendimento mediano nacional

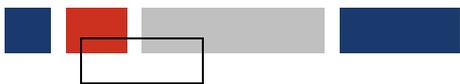




## RESULTADOS

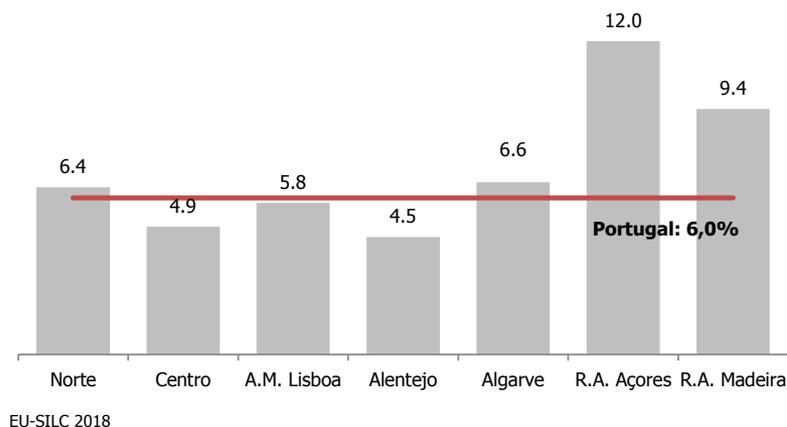
- 7,2% dos residentes com menos de 60 anos viviam em agregados familiares com intensidade laboral per capita muito reduzida em 2017
- Esta taxa era mais baixa nas regiões Centro, Alentejo e Área Metropolitana de Lisboa
- E mais elevada nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira

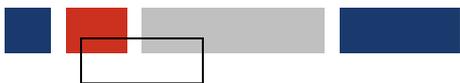




## RESULTADOS

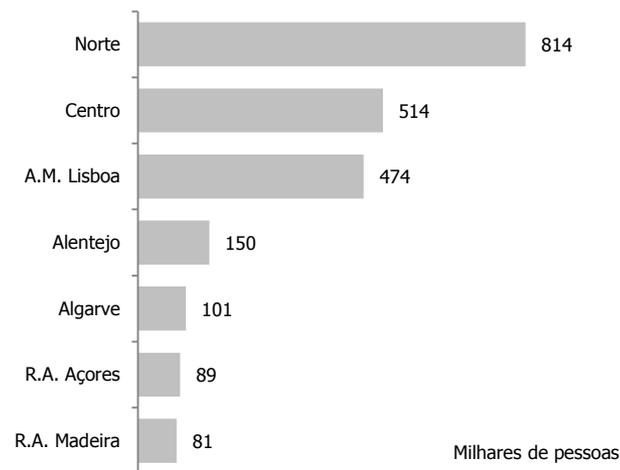
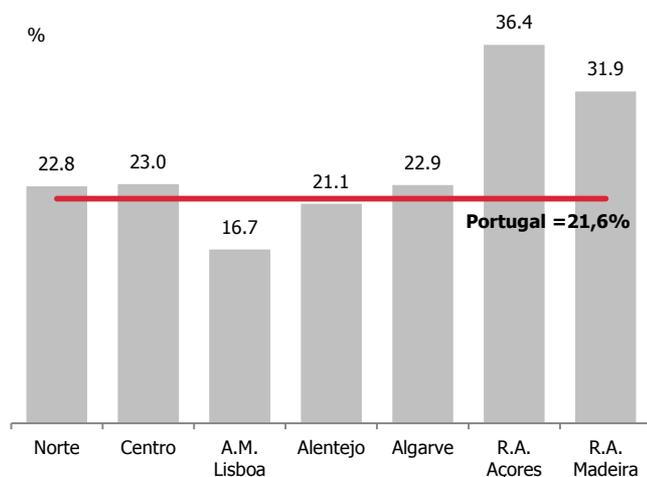
- 6,0% dos residentes encontrava-se em privação material severa em 2018
- As regiões Centro e Alentejo tinham as proporções de pessoas em privação material severa mais baixas
- A privação material severa era mais elevada nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira

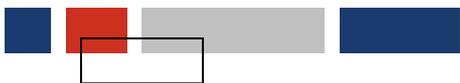




## RESULTADOS

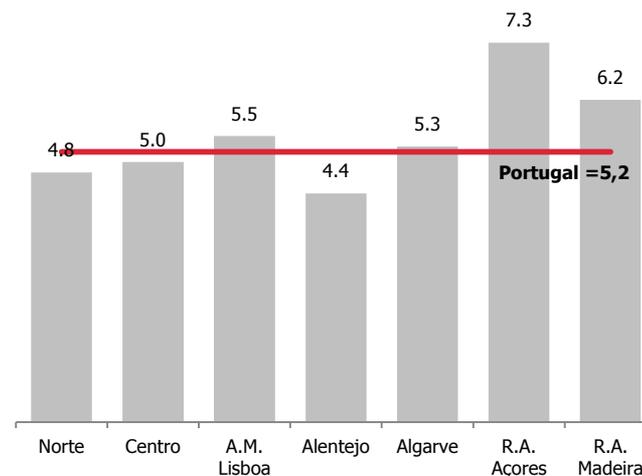
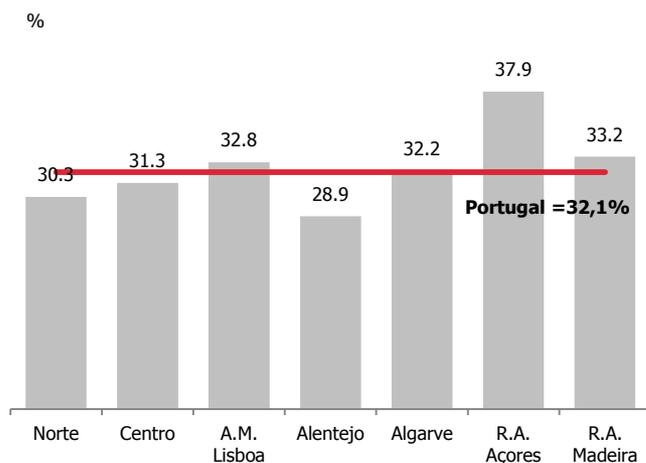
- 21,6% dos residentes encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social em 2018 (2,2 milhões de residentes)
- A Área Metropolitana de Lisboa tinha a proporção de pessoas em pobreza ou exclusão social mais baixa
- O risco de pobreza ou exclusão social era bastante mais elevado nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira

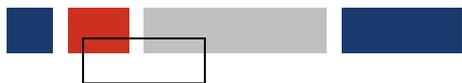




## RESULTADOS

- Em 2017, o Coeficiente de Gini registou um valor de 32,1% e o indicador S80/S20 de 5,2
- O Alentejo era a região em que a distribuição dos rendimentos era menos desigual de acordo com os dois indicadores de desigualdade, enquanto a Região Autónoma dos Açores era a mais desigual





**Muito obrigada pela vossa  
atenção**